

Faculdade Canção Nova

Ana Beatriz da Silva Gonçalves

Agravamento da fome em lares brasileiros no período pandêmico:
Uma grande reportagem em formato longform

Cachoeira Paulista
2023

ANA BEATRIZ DA SILVA GONÇALVES

**O AUMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM LARES BRASILEIROS NO
PERÍODO PANDÊMICO: Uma grande reportagem em formato longform**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência
/para obtenção de grau do curso de Bacharel em Jornalismo
na Faculdade Canção Nova, sob a orientação da Prof.^a Esp.
Denise Lobato Villela Claro.

_____ em: 07 de dezembro de 2023

Grau: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a Esp. Denise Lobato Villela Claro - orientadora
Faculdade Canção Nova

Prof.^a Me. Ioná Marina Moreira Piva Rangel
Faculdade Canção Nova

Prof.^a Esp. Raphael Leal
Faculdade Canção Nova

**Cachoeira Paulista
2023**

Faculdade Canção Nova

Ana Beatriz da Silva Gonçalves

Agravamento da Fome em Lares Brasileiros no Período Pandêmico:

Uma grande reportagem em formato longform

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção de grau do curso de Bacharel em Jornalismo na Faculdade Canção Nova, sob a orientação da Prof. Esp. Denise Lobato Villela Claro.

**Cachoeira Paulista
2023**

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, o qual desde o primeiro dia de faculdade esteve comigo, me auxiliando, dando discernimento e força para superar os problemas e desafios. Agradeço também a toda minha família que me ajudou de alguma forma, principalmente meus pais, que me apoiaram de todas as formas para que eu não desistisse dos meus sonhos, confiando sempre em mim e lembrando do quanto sou capaz.

Sou grata também às minhas companheiras de jornada: Ana Clara, Bianca, Isabelle e Thaysa. Agradeço por todo companheirismo e principalmente por tornarem os momentos de angústia mais leves. Quero que saibam que guardarei em minhas lembranças um pouquinho de cada uma e, principalmente, o quanto cada uma me ajudou. É muito bom pensar que minha história na faculdade foi cercada de mulheres tão incríveis. Foi sensacional tê-las para dividir essa jornada.

Sou grata também a todos os professores que passaram por minha vida durante o curso, contribuindo cada um à sua maneira. Agradeço também a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para que essa pesquisa se concretizasse, aos entrevistados da minha grande reportagem, a minha orientadora Denise Claro e a banca examinadora que aceitou participar da apresentação do meu TCC.

“Desejo uma comunicação que coloque no centro a relação com Deus e com o próximo, especialmente o mais necessitado, e esteja mais preocupada em acender o fogo da fé do que em preservar as cinzas duma identidade autorreferencial. Uma comunicação, cujas bases sejam a humildade no escutar e o desassombro no falar e que nunca separe a verdade do amor.”

Papa Francisco

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo apresentar sobre a situação da fome no Brasil em tempos da pandemia do Covid-19. Para essa produção se levou em consideração que a fome, uma das dimensões da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), consiste numa das expressões da questão social na contemporaneidade, estando relacionada a pobreza, desigualdade social e ao desmonte de políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional. Desse modo, foi possível utilizar as contribuições do jornalismo imersivo e a longform enquanto ferramentas jornalísticas para explorar a vivência de famílias que sofreram insegurança alimentar na pandemia e também o trabalho incansável de voluntários e profissionais para proporcionar alimentação adequada àqueles que mais necessitam. Este trabalho se constitui num estudo com base em revisão das produções teóricas sobre a temática em questão.

Palavra Chave: desigualdade, políticas, insegurança alimentar, consequências.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OBJETIVO.....	11
2.1 Objetivos específicos.....	11
4 JUSTIFICATIVA.....	12
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
5.1 O Jornalismo e a grande reportagem.....	14
5.2 Dados no Jornalismo.....	16
5.3 Jornalismo Humanizado.....	17
5.4 Jornalismo Digital e a Longform.....	18
5.5 Agravamento da Insegurança Alimentar em Tempos de Pandemia.....	21
6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	26
7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO.....	27
8 SINOPSE.....	28
9 ORÇAMENTO.....	29
10 PÚBLICO ALVO.....	30
11 VIABILIDADE DE PUBLICAÇÃO OU EXIBIÇÃO.....	31
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
13 REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICES - Primeiro esboço do produto.....	37

1 INTRODUÇÃO

Desde o Código de Hamurabi, primeiras leis criadas pelo homem, já se entendia que os Direitos Fundamentais eram necessários para que o mundo prosperasse, no meio de tanta rigidez, possuía códigos que resguardavam o direito à vida, à propriedade e à família. Logo depois a Lei das Doze Tábuas, reconheceu os direitos dos cidadãos, com o surgimento do cristianismo veio a ideia de que todos os seres humanos foram criados à imagem e semelhança de Deus, mas esse pensamento não foi o suficiente para impedir a desigualdade social que o Feudalismo, Absolutismo e Idade Moderna trouxeram.

No século XX que os Direitos fundamentais voltaram a ganhar espaço e passou a ser uma questão discutida, mas foi com as consequências causadas pela Segunda Guerra Mundial que a Assembleia Geral das Nações instituiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos para proteger e reconhecer os direitos dos seres humanos a âmbito internacional, representando assim a primeira tentativa de estabelecer parâmetros humanitários válidos universalmente para todos os homens, independentes de raça, sexo, crença, língua etc.

No ano de 1948 foi assinado em Paris, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual foi adotada e proclamada pela Resolução n.217 da Organização das Nações Unidas, nesta mesma data o Brasil assinou esta declaração. Espelhando nisso, em 1988 o país incluiu em sua Constituição Federal que todo cidadão teria direito à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Deste modo, o direito à alimentação, tema do presente trabalho, é assegurado como um direito fundamental a todos os cidadãos brasileiros e, para ser conquistado, é necessária a atuação do Estado. O direito à alimentação vai muito além da disponibilidade dos alimentos, é o direito de estar livre da dor da fome, de ter sempre acesso aos alimentos com quantidades suficientes, e que não comprometam os outros direitos básicos do cidadão, mas

isso se complica pelo fato de que ainda existem pessoas que possuem baixo conhecimento do texto constitucional ou que desconhecem completamente o mesmo.

Todavia, a cada dia é possível perceber que este direito não é respeitado, após longos anos de declínio no número de pessoas que passam fome, segundo dados do relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo disponibilizado pela ONU, em 2019, cerca de 820 milhões de pessoas passaram fome no ano de 2018. São mais de 800 milhões de pessoas sem uma alimentação diária satisfatória para atender às suas necessidades básicas.

2 OBJETIVO

O presente trabalho consiste em produzir uma grande reportagem multimídia no formato Longform para apresentar a situação da fome agravada pelo período pandêmico nos lares brasileiros.

2.1 Objetivos específicos

- Mostrar como a longform gera influência dentro do jornalismo de imersão;
- Utilizar de ferramentas audiovisuais para humanizar a realidade de famílias brasileiras que estão em situação de fome;
- Abordar o tema levando em consideração o retorno do país ao mapa da fome no ano de 2022.
- Evidenciar que o direito à alimentação é um direito social garantido na Constituição Federal a todo cidadão brasileiro.
- Compreender o fato de que o direito à alimentação vai além da disponibilidade de alimentos.
- Mostrar o desmonte em políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional.

4 JUSTIFICATIVA

O vírus SARS-CoV-2, responsável pelo novo Coronavírus foi inicialmente detectado em Wuhan, na China, em 2019 e trouxe diversos desafios ao sistema de saúde global, pois rapidamente se espalhou para outros continentes, levando a Organização Mundial da Saúde a declarar como “Pandemia” em 31 de janeiro de 2020. No Brasil, o primeiro caso identificado foi na grande São Paulo, em fevereiro de 2020, desencadeando a implementação de medidas preventivas em estados e municípios para conter o avanço e evitar o colapso do sistema de saúde.

A pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras consequências para a vida da população do mundo todo, no entanto, em relação à fome, ela apenas agravou uma situação que já existia no cenário brasileiro, fazendo com que o número de cidadãos em insegurança alimentar aumentasse.

No ano de 2014, após longos anos aplicando estratégias de segurança alimentar e nutricional, o país não se encontrava mais no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), voltou a figurar no mesmo a partir de 2015 e no ano de 2022 retornou definitivamente para esse cenário.

De acordo com o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, publicado no final de 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer. Isso representa cerca de 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome, ou seja, mais da metade da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

A intensificação da pobreza e escassez de alimento, causado pelo crescimento do número de cidadãos em insegurança alimentar, ocasionou com que o Brasil retornasse ao Mapa da Fome, causando assim, um retrocesso no combate à fome. O acesso à alimentação é um direito de todo cidadão, porém, nos últimos anos esse direito vem sendo violado, deixando a população vulnerável à situação de pobreza.

Os números levantados apontam um momento favorável para a produção de um conteúdo jornalístico imersivo sobre o tema. O direito à alimentação está expresso na Constituição Federal. Evidenciar que nos últimos anos isso não vem sendo

aplicado na vida de milhões de brasileiros expressa ainda mais a necessidade de novas estratégias de políticas públicas, projetos e atividades sociais que visam diminuir e até mesmo acabar com a fome no país.

A conscientização sobre os direitos alimentares garantidos pela Constituição Federal pode não ser sobre o conhecimento de todos, levando uma lacuna no conhecimento dos cidadãos, assim como o fato do desmonte de políticas públicas afetar a insegurança alimentar e nutricional da população.

Muitas informações não estão sendo repassadas pelo fato de que muitas pessoas deixaram de assistir tv, ouvir rádios e até mesmo ler os jornais impressos e estão cada vez mais migrando para as mídias digitais. Isso exige que o Jornalismo esteja sempre amparado pelo conceito de inovação, por esse motivo o Jornalismo precisou passar a ser digital, abraçando as tendências de inovação dentro do Jornalismo. Para atrair a atenção do leitor, um novo modelo vem sendo utilizado como uma forma imersiva para conteúdos mais longos: a longform.

O papel do jornalista não é somente noticiar, mas levantar questões para que as pessoas aprendam sobre novos assuntos e conheçam seus direitos e deveres como cidadãos. O processo de imersão em uma reportagem faz com que o leitor interaja, contribuindo assim para maiores e profundas experiências.

A escolha de produzir uma grande reportagem em formato longform é uma oportunidade de aplicar os conhecimentos apreendidos durante o curso, tais como técnicas de redação, entrevista e de trabalhar na prática com o jornalismo imersivo. Esse formato possibilita um relato rico em detalhes e de caráter humanizado. O texto jornalístico aliado ao meio digital têm contribuído para maiores interações no momento de consumir notícias.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 O Jornalismo e a grande reportagem

O Jornalismo é um dos mais importantes temas da sociedade moderna. Independente de qualquer definição, o Jornalismo é uma batalha diária travada pela conquista do público-alvo.

Para Bahia (2009, p.19) “a palavra Jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamentos e ação”. O Jornalismo existe para que seja possível contar histórias de vidas humanas que tem a necessidade e merecem ser contadas. Contar histórias ou estórias do mundo real para que a população fique ciente dos acontecimentos da sociedade:

É da natureza do jornalismo levar a comunidade, direta ou indiretamente, a participar da vida social. Nesse sentido, assume uma condição de intermediário da sociedade. O jornalismo é uma arte, uma técnica e uma ciência. No julgamento do cético, porém, é um tipo qualquer de comércio. No idealista, significa compromisso e privilégio. (BAHIA, 2009, p. 19)

Bahia (2009, p.20) aponta que na maioria dos países não tem sido fácil conquistar a liberdade que o Jornalismo desfruta atualmente, independente do modo com que as pessoas caracterizam o Jornalismo, este só floresce com o clima da liberdade, com respeito e quando os direitos constitucionais do jornalista são colocados em prática. Somente assim é possível cumprir a função de fornecer informações que definem a realidade e facilitam a compreensão daqueles que estão consumindo a informação.

No Jornalismo toda reportagem é considerada notícia, mas nem toda notícia se pode considerar como reportagem. Para Bahia (2009, p.61) a reportagem é o mesmo que a notícia, mas por ter próprias regras, alcança um valor especial, na maioria das vezes é a notícia mais importante, seja qual for o meio de comunicação (jornais, revistas, televisão, rádio, cinema e internet), a reportagem ocupa o primeiro lugar como cobertura jornalística.

Santos (2009, p.25) explica que, no decorrer do processo de expansão do fato, a reportagem pode se aprofundar mais ou menos, dependendo da linha editorial do veículo no qual será publicada e da competência do jornalista ao apurar e narrar os fatos, diversas naturezas e implicações na sociedade.

Na perspectiva de Santos (2009), o Jornalismo diário que acontece em jornais, no rádio, na TV, na internet, mais conhecido como “*hard news*”, faz com que as reportagens fiquem presas nas informações mais quentes. Isso ocorre pelo fato de que jornalistas precisam competir com a velocidade da difusão de informações imposta pelas novas tecnologias, o que faz com que o tempo da apuração da informação seja reduzido e, como consequência, a diversidade, a problematização de questões, a contextualização do fato.

A autora ressalta que o diferencial da grande reportagem começa na pauta. É através dela que começa a “liberdade”, conseguindo explorar muito mais possibilidades de angulações ao invés das convencionais, novas fontes, resgatar, discutir, refletir sobre algum acontecimento do presente e do passado. Essas novas características fazem com que a abordagem na grande reportagem extrapole o fato, penetrando em questões e situações mais perenes, presentes no contexto. Após uma pauta bem apurada, é hora de sair a campo para a coleta de informações. Essas técnicas de captação fazem a aproximação entre o jornalista e a história a ser contada, entrevistas que captam memórias e história de vida.

Por fim, Santos (2009) entende que com todas essas liberdades na pauta, o Jornalismo na grande reportagem torna possível mostrar diversas vozes, saberes, realidades, grupos, identidades e histórias de vida que passam despercebidos nas reportagens do cotidiano. Essa construção aprofundada de uma pauta é o que interessa para a grande reportagem. Para que isso tenha um bom resultado, os jornalistas devem ter alguns procedimentos metodológicos “os quais dialogam com o preparo e a realização da entrevista, a textualização e a transcrição em história oral”.

5.2 Dados no Jornalismo

A credibilidade jornalística dos meios de comunicação tradicionais é constantemente colocada em dúvida pela sociedade. Por esse motivo, informações de qualidade coletadas através de fontes confiáveis e que não tenham algum tipo de interesse são questões primordiais nos veículos de comunicação. Para que isso fosse colocado em prática, o Jornalismo passou a ter dados como base para suas reportagens, pois através destes é possível apresentar informações concretas relacionadas aos fatos, permitindo que a construção das matérias sejam embasadas em documentos e não em suposições.

Para Lorenz (2012) ambos os termos “dados” e “jornalismo” são bem problemáticos tendo em vista que algumas pessoas relacionam a palavra dados a algum grupo numérico, normalmente reunido em alguma planilha. O autor ressalta que “há 20 anos, este era praticamente o único tipo de dados com o qual os jornalistas lidavam. Mas nós vivemos em um mundo digital agora, um mundo em que quase tudo pode ser (e quase tudo é) descrito com números”.

Na perspectiva de Lorenz (2012) atualmente as notícias estão fluindo no momento em que acontecem, através dos diversos possíveis meios (fontes, testemunhas oculares, blogs etc) e na maioria das vezes as informações são filtradas pela população, sendo na maioria das vezes classificadas, comentadas e frequentemente ignoradas. O autor ressalta que é por esse motivo que o Jornalismo de dados é importante, pois é possível unificar as informações, filtrar e analisar o que está acontecendo além do que os olhos podem ver:

O suco de laranja que você bebe de manhã, o café que você prepara: na economia global de hoje existem conexões invisíveis entre estes produtos, as pessoas e você. A linguagem desta rede são os dados: pequenos pontos de informação que muitas vezes não são relevantes em uma primeira instância, mas que são extraordinariamente importantes quando vistos do ângulo certo. (LORENZ, 2012, p. 10)

Para Refkalefsky (1997), sábio é o jornalista que possui a capacidade de referenciar dados, sem depender de memorização e conceito. O autor explica que é uma arte a capacidade de vincular fatos com as palavras chaves dos arquivos e documentos passados e é através de dados presentes em matérias anteriores e na

atualização frequente, conforme a periodicidade, que é possível produzir uma reportagem com dados atualizados:

Se para um jornalista, a memória e o caderno de telefones são os maiores aliados, para a redação, o banco de dados funciona como memória coletiva. Sem dúvida, a ênfase no uso da documentação por jornalistas cresceu em progressão geométrica, ainda mais agora quando todos os grandes jornais brasileiros discutem o futuro da reportagem através da utilização de bancos de dados e redes de informação. (REFKALEFSCKY, 1997, p. 3).

Para Vermanen, (2012) o Jornalismo de Dados é apenas o começo do processo de evolução das práticas que eram utilizadas, as adaptando para serem utilizadas no mundo online. Pelo fato das fontes estarem se tornando cada vez mais digitais, acabam gerando mais impactos, o que gera a necessidade dos jornalistas encontrar, analisar e visualizar histórias utilizando os dados como matéria-prima. Para o autor, o Jornalismo de Dados age como agente para acabar com a dependência que existe sobre as grandes empresas que determinam qual assunto irá ganhar visibilidade, tendo em vista que a internet proporciona toda espécie de dados.

Por fim, Vermanen (2012) entende que o Jornalismo tem o papel de, minuciosamente, debruçar-se perante uma informação, seja de um site ou de um livro e averiguar os escritos, mesmo que aquele assunto não seja algo tão evidente ou comentado.

5.3 Jornalismo Humanizado

O Jornalismo Humanizado é uma abordagem que coloca o foco nas histórias e experiências das pessoas. É o gênero que busca transmitir a notícia de uma forma mais empática, sensível, que faz o leitor se envolver com a história. Para Alves (2008 p.01) o fazer Jornalismo exige muita observação e percepção, reflexão do mundo, é indo muito além da notícia que se é possível encontrar a essência das ações humanas contidas nos fenômenos sociais.

O jornalismo humanizado, portanto, não se propõe apenas a produzir textos diferenciados, com linguagem que usufrui dos recursos da literatura, que valoriza personagens. Mais que isso, busca a essência das ações humanas

– é um olhar, uma perspectiva, um ponto de partida diferenciado. (ALVES et al, 2008, p. 01)

Para Lustosa (1996), o texto do Jornalismo humanizado se aproxima do da reportagem, já que a mesma também é geralmente escrita no contexto social no estilo textual jornalístico e no falar dos protagonistas das ações sociais e também busca sempre compreender os fenômenos, não se limitando a factualidade das notícias.

Alves (2008) ressalta que o Jornalismo humanizado é utilizado como uma alternativa para fugir do Jornalismo predominante existente na imprensa brasileira. Neste gênero os profissionais podem transmitir aos leitores quem são as fontes que realmente vivenciaram o fato, por meio de relato de histórias, experiências, conflitos e sentimentos ao invés de se preocuparem com o imediatismo imposto nos últimos anos.

O autor conclui que humanizar o Jornalismo pode ser algo redundante, porém, as pessoas precisam ser ponto de partida e chegada, estando presentes em cada etapa do processo. Ainda observa que não é possível equilibrar informações objetivas com as informações vivas, pois o Jornalismo precisa ser feito para todos, sendo esses leigos no assunto ou até mesmo aqueles que possuem dificuldade de compreensão. “Humanizar é uma alternativa possível e necessária para a manutenção da vitalidade da profissão” (ALVES, 2008, p.14).

5.4 Jornalismo Digital e a Longform

Nos últimos tempos o Jornalismo vem ocupando cada vez mais espaço na sociedade. Lage (2019) de aponta que a forma de se fazer Jornalismo mudou radicalmente desde o século XIX europeu, quando a Revolução Industrial e a crise do modo feudal fez com que pessoas se interessassem ainda mais pela leitura, para que conseguissem se alfabetizar e serem capazes e técnicos para se tornarem administradores de seus comércios. Isso fez com que surgisse a necessidade de mudar progressivamente o estilo de matérias que os jornais publicaram; as tiragens que, antes eram direcionadas para um determinado público, eram baratas e com

poucos exemplares e sofreram uma multiplicação, para conseguir produzir os números suficientes de exemplares para sanar a demanda.

Nesse processo inicial o Jornalismo precisou passar por diversas mudanças e adaptações para atingir o público e conseguir envolvimento para que continuasse a leitura até o fim. Na perspectiva de Lage (2019, p.15) isso fez com que nascesse a reportagem e o repórter, que foram obrigados a reformar a língua, utilizando sentimentalismo, linguagens de fácil entendimento, figuras de estilo e até mesmo linguagem informal das ruas. A partir dessas novas mudanças também foi descobrindo-se a importância do título para o Jornalismo na anúncio de notícias: o jornal que publicasse com mais ênfase, era o campeão de vendas.

Lage (2019) reforça ainda que no decorrer do tempo, o Jornalismo passou a se apropriar da modernidade, utilizando de relatos orais e fatos singulares, baseando sempre nos aspectos mais importantes de um determinado evento e não na narrativa em sequência temporal do acontecimento, quando surgiu o lead, publicação com as principais informações do acontecimento, que responde às principais perguntas feitas pelos leitores como: tempo, onde, modo, porque, finalidade e causa. Todas essas mudanças na modernidade vêm acompanhado do avanço da tecnologia, o que fez com que o Jornalismo também chegasse na era digital, trazendo ainda mais responsabilidades no modo dos repórteres de fazer Jornalismo.

Com todas essas novidades impostas na sociedade, o Jornalismo se transforma e muda a cada instante. As novas tecnologias chegam e é necessário se adaptar, ou então há desatualizações em comparação com o resto do meio que se atualiza rapidamente para conseguir cumprir a responsabilidade para com o público. No primeiro momento o Jornalismo Digital era um simples “copia e cola” de jornais impressos, mas com tantos avanços os jornais começaram a mudar de estratégia e passaram a utilizar do conjunto de qualidades que a internet oferece, principalmente de multimídia, hipertexto e interatividade. Lage (2019, p. 20) ressalta que “hoje, com os computadores, a responsabilidade do repórter cresce e se diversifica: ele não apenas deve apurar bem, mas formular seu texto como o melhor dos redatores e participar das tarefas de edição”:

Após o ano de 2001, com a disseminação da banda larga, produzir conteúdos multimídia entrou na ordem do dia e, novamente, estávamos nós, jornalistas, a descobrir como integrar vídeos às produções textuais. Os jornalistas que estiveram em uma redação on-line em meados de 1990 em diante devem carregar as mesmas impressões: foi um período ao mesmo tempo fascinante e desconcertante. (BERTOCCHI, 2016, p. 29)

O Jornalismo Digital gerou uma competição entre os meios de comunicação. O grande alcance das notícias de fácil acesso fez com que se tornasse comum a divulgação de notícias curtas, apuradas rapidamente, sem entrevistas e sem se aprofundar nos assuntos para ganhar mais visibilidade. As grandes reportagens entraram em um pequeno nível de escassez, surgindo assim o movimento denominado de *slow journalism*, um Jornalismo feito sem pressa que possui narrativas longas. O diferencial desse movimento são as iniciativas digitais como o Longform.

A forma em que uma informação é difundida e como é narrada todos os dias nos meios de comunicação, rádio, TV, em especial nas redes sociais e internet (blogs e sites) causa impacto na sociedade e cada vez mais esses grandes meios vem ganhando espaço, adequando a narração de acontecimentos dentro de um formato. De acordo com Newton (2010, p.17) “o poder e o sucesso estarão nas mãos daqueles que entendem realmente do conteúdo e podem criar universos suficientemente complexos para atuar em todas as mídias ao mesmo tempo”.

Pensando nisto o formato longo, ou então popularmente conhecido como “longform”, que possui conteúdos extensos e aprofundados sobre determinados temas, é uma nova narrativa que vem sendo trabalhada e cada vez mais aprimorada dentro do Jornalismo Digital. Esse novo modelo de mídia se diferencia pelo seu formato interativo perante o leitor. Esse formato passa uma perspectiva mais exploratória sobre determinado assunto, alinhando pesquisas, relatos e até mesmo entrevistas com profissionais relacionados ao tema. Cordeiro e Costa (2016, p.100) afirmam que: “é no contexto hipermidiático que nos colocamos a fazer uma relação de imersão com as novas formas de linguagens jornalísticas”.

Para Campos (2019, p.158) “a preocupação em elaborar materiais jornalísticos diferenciados em termos de qualidade de informação e atrativo estético acompanha o jornalismo há décadas”. Apesar da longform possuir características

conhecidas dentro de grandes reportagens presente no impresso, o modelo veio como uma virada dentro do Jornalismo para que assim, como em outras convergências, existisse algum meio de acompanhar a evolução da tecnologia e fazer o Jornalismo presente:

O formato de narrativas longform não é um modelo próprio do ambiente digital, antes já eram feitas narrativas longas em reportagens impressas, televisivas e também radiofônicas. Mas a novidade está também no suporte. Como já destacamos, mesmo com quase 20 anos de Jornalismo na web, não era comum esse modelo narrativo ser explorado no ambiente digital. (BACCIN, 2015, p.5).

A grande reportagem dentro da internet vem sendo eficaz, pois faz com que algumas notícias consigam ter um desdobramento ainda mais profundo sobre determinados assuntos. A contribuição tecnológica colabora com a agregação de informações visuais e ainda com a interação entre leitores e jornalistas.

5.5 Agravamento da Insegurança Alimentar em Tempos de Pandemia

Desde o século XX o Brasil deu início aos projetos que tinham como finalidade fazer ações para melhorar as condições de alimentação de seus cidadãos, surgindo assim a instituição do salário mínimo, programas de alimentação escolar, programas de suplementação alimentar e refeitórios para trabalhadores. Com isso, políticas públicas de segurança alimentar começaram a ser demandadas.

No ano de 1985 o conceito de segurança alimentar, proposto por técnicos vinculados ao Ministério da Agricultura com alternativas de políticas contra a fome, foi estabelecido no setor público. Somente em 1986 foi realizada a primeira Conferência de Alimentação Nutricional quando foi ampliado o conceito de segurança alimentar e lançadas propostas que depois se tornaram permanentes, uma delas foi a criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN).

Foram grandes os obstáculos enfrentados para chegar a esses planejamentos. Castro (2022) aponta que achar a solução adequada para esse problema se dificultou pelo fato do pouco conhecimento que se tinha do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas,

econômicas e sociais, existiam somente estudos em formato parcial que projetavam uma visão unilateral dos problemas.

Com a Constituição de 1988 políticas com temas ligados à segurança alimentar foram estabelecidas, assim. Surge assim a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar pelo governo, impulsionando a criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), que tinha como competência elaborar propostas e atuar na formação, execução e supervisão das políticas de segurança alimentar e nutricional. Esse órgão foi extinto e reativado por algumas vezes. A última, no ano de 2019, aconteceu no pior momento. De acordo com SIONI et al (2020) “Se o Brasil já se encontrava em uma situação vulnerável com o aumento do número de famintos no país, a pandemia agravou o estado em que muitos brasileiros se encontravam”.

A Lei Orgânica de 2006 apresenta um conceito de Segurança Alimentar e Nutricional que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo, como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A partir de fevereiro de 2010, a alimentação foi incluída entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal. Entretanto, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está distante da realidade de muitas pessoas em todo o mundo e com a pandemia da COVID-19, os desafios são maiores. Lima (2011) destaca que o direito à alimentação, apresentado na Carta Magna, só foi possível graças à Emenda Constitucional nº 64 de 2010, visto que anteriormente este direito não era garantido constitucionalmente. Esta reforma tardia deu provimento para o Direito à Alimentação se tornar um Direito Fundamental e Social, como hoje é encontrado no artigo 6º da Constituição Federal, o que enquadra a alimentação em sua totalidade, quantidade e qualidade, além das regularidades necessárias para impedir que aconteça uma insegurança alimentar e o indivíduo tenha uma vida saudável.

Assim, a realização do direito humano à alimentação adequada depende de muito mais do que da simples disponibilidade de alimentos, mesmo que saudáveis. Depende do respeito a práticas e hábitos alimentares, do estado de saúde das pessoas, da prestação de cuidados especiais a grupos humanos social e biologicamente vulneráveis (crianças, gestantes, idosos, portadores de necessidades especiais, entre outros) e de estar inserido em um processo de construção da capacidade de todo ser humano de alimentar e nutrir a si próprio e à sua família, com dignidade, a partir do seu trabalho no campo ou na cidade. Esta conceituação mostra a indivisibilidade e inter-relação entre o direito humano à alimentação adequada e à nutrição e o direito humano à saúde (VALENTE, 2003,p. 54)

A chegada da pandemia do COVID-19 instaurou uma crise sanitária mundial, o que conseqüentemente gerou problemas sanitários, econômicos e o aceleramento no número de mortes, devido à facilidade na transmissão do vírus. Como medida preventiva para evitar ainda mais a propagação dessa doença, foi indicado à população o isolamento social, fazendo com que muitos brasileiros se vissem em uma situação complicada, quando perderam seus trabalhos e não possuíam renda:

Nos últimos anos, a crise econômica no Brasil tem elevado o número de indivíduos em situação de pobreza e pobreza extrema no país, fazendo com que mais indivíduos ultrapassassem a linha da miséria, conseqüentemente aumentando a vulnerabilidade social das famílias e o risco à Insegurança Alimentar. (MAAS et al, 2020,p. 2.611).

A alta inflação instaurou no país uma crise econômica que gerou um aumento significativo na valorização dos produtos, na queda do comércio e nos preços dos alimentos, o que acaba por dificultar o acesso da população aos produtos básicos, como o arroz e o feijão. As conseqüências sociais e o desmonte de políticas públicas fundamentais fez com que a carestia, escassez de bens essenciais, aumentasse na vida dos cidadãos brasileiros, o que aprofundou a insegurança alimentar no Brasil.

Nos últimos anos, a crise econômica no Brasil tem elevado o número de indivíduos em situação de pobreza e pobreza extrema no país, fazendo com que mais indivíduos ultrapassassem a linha da miséria, conseqüentemente aumentando a vulnerabilidade social das famílias e o risco à Insegurança Alimentar(MAAS et al, 2020,p. 2.611).

Para Jaime (2020) Os impactos da COVID-19 sobre a segurança alimentar e nutricional são diversos, pois são resultantes de elementos que se relacionam com fatores de risco que têm sido identificados e associados a um pior prognóstico clínico da infecção pelo SARS-CoV-2, há exemplo da obesidade e outras

doenças crônicas, bem como a má nutrição, que se apresenta de diferentes formas, e que é agravada no contexto da pandemia.

Para Carvalho, Viola e Sperandio (2020) a pandemia de COVID-19 ressalta a urgência de o governo brasileiro voltar a ter como uma de suas prioridades a agenda de SAN, o que inclui a expansão dos programas existentes de SAN e a implementação de mecanismos para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. De acordo com o estudo “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, realizado por Galindo et al. (2021), 59% dos domicílios entrevistados demonstraram estar em situação de insegurança alimentar durante a pandemia é uma parte significativa deles diminuiu o consumo de alimentos imprescindíveis para a dieta regular da população (redução de 44% no consumo de carnes e de 41% no consumo de frutas

Segundo dados divulgados pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) é possível se observar que a insegurança alimentar grave no domicílio se duplica em áreas rurais do país, fazendo com que moradores da zona rural sofram mais com a insegurança alimentar por conta da baixa disponibilidade de água para produção de alimentos. Os relatórios lançados pela PENSAM (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) mostram que pesquisas realizadas entre o mês de setembro, outubro e novembro de 2020 apontam que 12% dos domicílios rurais convivem com a fome, enquanto na área urbano os números são de 8,5%, consideravelmente menores.

MAAS et al (2020) ressalta ainda que o apoio entre famílias e as comunidades, formas de compartilhamento, como feiras e trocas, seriam boas ações para melhorar o acesso das famílias a uma alimentação em quantidade e qualidades suficientes. Para Leme et al (2022), a importância dessas ações e de políticas públicas colabora tanto na garantia na geração de renda para essas famílias e suas comunidades, como também na produção de alimentos adequados para suprir a necessidade das pessoas que utilizam das merendas escolares para se alimentarem.

Ribeiro et al (2020), ressalta a importância da solidariedade feitas por Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, associações comunitárias e grupos anônimos para ajudar a combater a insegurança alimentar na rotina das pessoas mais vulneráveis, repassando cesta básicas para aqueles que foram atingidos pela pobreza e extrema pobreza que atingiu o país nesse período, principalmente nas favelas e em territórios que o poder público não chega.

Em suma, a pandemia escancarou a desigualdade social existente no Brasil, uma vez que é o pobre que mais sofre com as consequências da pandemia e da crise. Isso mostra que é preciso entender que o Brasil é subdividido em vários cenários. Independente de onde estiver ou em qual situação o país se encontra, é um direito de todos os cidadãos estarem livres da fome. Para que isso aconteça é importante que o Estado, através de políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional, atue para que esse direito não seja violado. Assim, o Brasil estará combatendo a fome de forma eficiente e a população terá acesso a uma alimentação digna.

6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

O produto faz parte das mídias emergentes, de publicação online por meio da plataforma Wix.com, sendo um conteúdo original (por se tratar de uma longform sobre a Insegurança Alimentar agravada nos lares brasileiros no período pandêmico). Foram entrevistadas para a grande reportagem: um psicanalista, uma nutricionista, três representantes de famílias que passaram por algum grau de Insegurança Alimentar nesse período (personagens), uma doadora de alimentos, responsáveis por projetos sociais e um profissional de política pública.

O projeto é composto por elementos ilustrativos e audiovisuais através de imagens, áudios, vídeos e gráficos. A grande reportagem em formato longform é dividida em quatro capítulos, sendo eles: introdução, grau leve, grau moderado e grau grave. O produto se utiliza de conceitos trabalhados no jornalismo imersivo para apresentar a narrativa ao leitor de um forma interativa.

7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO

A escolha do tema se deu, um ano antes do começo da produção e criação do produto, tendo em vista que o mundo passava por uma pandemia, a autora vivenciou familiares ajudando famílias que passavam por algum grau de insegurança alimentar e sentiu a necessidade de dar voz a essa população para contar como foi passar por esse período e como estão atualmente.

Durante o processo de criação, definiu-se a estrutura da longform em quatro capítulos, além da introdução, tem mais três, cada um abordando um grau de insegurança alimentar. Durante o período de agosto até o início de novembro foram produzidas as entrevistas, de forma presencial e remota, via google meet e pelo WhatsApp, com pautas específicas para cada grau.

Cada capítulo foi estruturado para explorar os diferentes níveis de insegurança alimentar. No primeiro denominado de “Introdução” se é contato sobre a pandemia no geral e é explicado a diferença dos níveis de insegurança alimentar, já nos capítulos denominados de “Grau Leve”, “Grau Moderado” e “Grau Grave” foram abordados relatos de famílias que sofreram insegurança alimentar na pandemia e também o trabalho incansável de voluntários e profissionais para proporcionar alimentação adequada àqueles que mais necessitam.

No design da plataforma, no qual a grande reportagem foi publicada, foram predominantes cores em tons quentes (amarelo, laranja e vermelho), pelo fato de que essas sempre são utilizadas ao falar sobre o assunto e através delas se é possível fazer de uma forma simbólica o agravamento dos níveis. Os elementos dentro do design trazem originalidade à construção visual do produto. Foram empregadas as tipografias: DIN Neuzeit Grotesk nos títulos e subtítulos e Poppins Extra Light para o corpo do texto.

Para a edição multimídia, foram utilizadas ferramentas como Photoshop, Adobe Illustrator para ilustrações e design gráfico, Canva para edição de vídeo e Audacity para áudio. As imagens foram obtidas através de fotografias de acervo pessoal, com as contribuições das fontes, produções feitas pela autora e bancos de imagens gratuitos, como Canva, Freepik e Wix.com, com os créditos devidos.

8 SINOPSE

De repente, algo tão comum como a variada culinária brasileira e até mesmo o cardápio mais modesto tornou-se um desejo inalcançável. O impacto mais devastador da pandemia de COVID-19 foi o fato de algumas pessoas não saberem se teriam o que comer na próxima refeição. Nesta grande reportagem, exploraremos a vivência de famílias que sofreram insegurança alimentar na pandemia e também o trabalho incansável de voluntários e profissionais para proporcionar alimentação adequada àqueles que mais necessitam. Oferecendo uma visão profunda de como ficou e do estado atual da insegurança alimentar no Brasil, apontando caminhos para mitigar essa crise que assola milhões de lares brasileiros.

9 ORÇAMENTO

Criação do site	R\$ 250,00
Impressão e encadernação	R\$ 95,00
Encadernação capa dura	R\$ 80,00
Pen Drive card	R\$ 23,90
Total	R\$ 438,90

10 PÚBLICO ALVO

A grande reportagem pode ser direcionada ao público em geral, buscando conscientizar as pessoas sobre a gravidade da insegurança alimentar no país e sobre o direito à alimentação registrado no 6º artigo da constituição federal, isso pode incluir tanto pessoas urbanas quanto rurais. Também seria do interesse de políticos, legisladores e formuladores de políticas públicas, pois a reportagem pode influenciar a formulação de políticas para enfrentar o problema da insegurança alimentar no país. Responsáveis por ONG'S também podem ser um público alvo importante.

11 VIABILIDADE DE PUBLICAÇÃO OU EXIBIÇÃO

De acordo com o público-alvo, a viabilidade de publicação deste produto poderia acontecer por meio de sites voltados a esse público. Além disso, a longform produzida também se encaixaria em revistas e jornais que têm histórico de grandes reportagens, websites dedicados a longas narrativas jornalísticas, pode ser exibidas como base para a realização de seminários ou palestras em eventos, universidades ou conferências relacionadas ao tema e em ONG'S ou universidades interessadas no tema para promover a reportagem em eventos acadêmicos ou comunitários.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao produzir uma grande reportagem multimídia sobre o aumento da Insegurança Alimentar no Brasil no período pandêmico, baseando-se em conceitos do jornalismo imersivo e longform, essa pesquisa buscou compreender de que maneira as famílias brasileiras foram afetadas e como a população lidou com essa situação. A hipótese partiu pelo fato do jornalismo ser momentâneo, sendo assim, como o jornalismo imersivo e o formato longform podem contribuir e proporcionar conscientização para a população? O jornalismo precisou se atualizar e se adaptar conforme as novas tecnologias foram surgindo, para que assim seja possível acompanhar os leitores e ao acompanhar as inovações tecnológicas consegue abrir novas possibilidades de veiculação.

Essas novas possibilidades inclui o jornalismo imersivo e a longform, que ao decorrer do desenvolvimento bibliográfico foi possível compreender que os pesquisadores estão indo cada vez mais a fundo nesses temas, para entender como esses novos formatos narrativos e a imersão podem deixar o público interessado ao tema abordado e como se utilizar disso para prender essas pessoas, trazendo o sentimento de pertencimento nas histórias relatadas.

Ao voltar para a produção da grande reportagem, essa permitiu ao pesquisador conhecer, aprofundar e imergir no tema abordado, para que pudesse compreender panorama amplo das causas da insegurança alimentar, destacando as questões que contribuem para a vulnerabilidade alimentar de diversas comunidades. A análise minuciosa dos dados e estatísticas forneceu uma base sólida para entender a extensão do problema, enquanto os relatos pessoais e entrevistas humanizam a questão, dando voz às experiências individuais.

A grande reportagem não se limita a apontar problemas, mas também destaca iniciativas e soluções que profissionais e populares acharam para enfrentar o aumento da insegurança alimentar no Brasil no período pandêmico. Isso contribuiu para oferecer uma visão equilibrada e inspiradora, mostrando que há caminhos possíveis para superar os desafios existentes.

Foi significativo para o pesquisador aprofundar ainda mais na produção de textos para web, essencial no jornalismo digital. Além disso, destaca-se a participação de

alguns entrevistados de forma remota, facilitando o contato com pessoas de diferentes estados (SP, RJ e MG), o que contribuiu para mostrar uma realidade além da realidade local do pesquisador.

Todos os objetivos foram trabalhados de maneira a trazer conscientização e contribuir para as narrativas jornalísticas dentro do ambiente digital. Com isso, foi possível produzir uma grande reportagem interpretativa de 4 capítulos, fazendo o uso de técnicas para web e utilizando ferramentas audiovisuais interativas. Pensando nisso, os objetivos mostraram que o jornalismo imersivo e a longform permitem ao jornalista utilizar da criatividade para produzir conteúdos que trabalhem com a cognição do público. O formato escolhido conseguiu trazer facilidade e liberdade para abordar o tema e conseguir repassar para o público histórias com fotos, vídeos, áudios e infográficos, para que assim, fosse possível trazer o sentimento de aprofundamento na temática.

As dificuldades encontradas durante o processo de desenvolvimento da longform foram ligadas a dificuldade em encontrar fontes que estavam dispostas a contarem o relato de um momento tão delicado da vida. Outra observação foi a falta de imagens dessas pessoas, já que algumas preferiram preservar a imagem, sendo necessária a produção de imagens com base na realidade dessas famílias.

Posto isso, se é possível compreender que o jornalismo na web, com seu formato imersivo, como a longform, pode ser utilizado como ferramentas para ampliar as narrativas envolventes e profundas, servindo como um convite a reflexão de assuntos importantes para a sociedade, dando voz às pessoas e motivando leitores a construir um futuro mais justo e bom para todos.

13 REFERÊNCIAS

ALVES, F. A. At.al.. Jornalismo Humanizado: o ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico. In Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Sul-INTERCOM SUL (2008) : Guarapuava . Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0540-1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BACCIN, Alciane. A narrativa hipermídia longform no jornalismo contemporâneo. In: SBPJor, 4, 2015, 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. UFMS; Campo Grande, MS. Disponível em: <https://www.academia.edu/36559919/A_narrativa_hiperm%C3%ADdia_longform_no_jornalismo_contempor%C3%A2neo> . Acesso em: 22 mar.2023.

BAHIA, Juarez. Jornal, histórias e técnicas: As técnicas do jornalismo . 2009. 275p.

BERTOCCHI, Daniela. **Dos dados aos formatos**: A construção de narrativas no jornalismo digital. 2016. 155p.

CAMPOS, Tamara de Souza. Pensando o longa à luz das sete características do webjornalismo: um estudo de caso de uma série de O Globo. Estudos em Jornalismo e Mídia, Santa Catarina, v.16, n.2, jun./dez.2019. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2019v16n2p157>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CANNITO, Newton. **A Televisão na era digital**: Interatividade, convergência e novos modelos de negócio. 2010.

CARVALHO, C. B.et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de segurança alimentar e nutricional durante a pandemia da COVID-19?. 2023. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33040767/#:~:text=Some%20of%20the%20actions%20carried,to%20students%20despite%20the%20closure>>. Acesso em: 6 set.2023

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**: O dilema do Brasileiro: Pão ou açúcar. 2022. 448p.

CORDEIRO, William; COSTA, Luciano. Jornalismo Imersivo: Perspectivas para os novos formatos. Revista Leituras do Jornalismo. Disponível em: <https://www.academia.edu/28895319/Jornalismo_Imersivo_perspectivas_para_os_novos_formatos>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura / PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. S. L.: FAO/PENSSAN, 2021 Disponível: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 07 set.2023.

Jaime, P. C. Pandemia de COVID-19: implicações para a (in)segurança alimentar e nutricional.Ciência e Saúde Coletiva, 25(7), 2504.Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hgG5jm5b4TKPMSKX9Jw7hzp/?lang=pt>>. Acesso em: 6 set.2023.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 2019. 189p.

LEME, Adriana et al. **Fome e assistência alimentar na pandemia**. 2022. 119p.

LIMA, F. C. et al. Direito à alimentação: relevância jurídica, aplicação da Emenda nº 64 de 2010 e perfil das políticas públicas. Brasília: CONSEA, 2011

LORENZ, Mirko. Por que os jornalistas devem usar dados. In: GRAY, Jonathan. BOUNEGRU, Liliana. CHAMBERS, Lucy. Manual de Jornalismo de Dados. 2012. Disponível em: 67 Acesso em: 06 set. 2023.

LUSTOSA, Elcias. O texto da notícia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 192p.

MAAS, N.M.et al.“Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil”.Ciência & Saúde Coletiva, vol. 25, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/LcvwMr8LDnYD9HtzGJB48Yq/?lang=pt>>. Acesso em: 22 mai.2023.

REDE PASSAN. **Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar**.

Disponível em:

<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> . Acesso em: 21 mar. 2023.

REFKALEFSKY, Eduardo. Para Além do Lead: o Jornalismo Interpretativo Brasileiro. Intercom, São Paulo. XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997, Santos. Anais do XX Intercom – GT de Jornalismo. São Paulo: Intercom, 1997.

Disponível

em:<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/17617680000be8aa4f85b9fa8853a290.pdf>> Acesso em: 07 set. 2023.

SANTOS, Marli dos. Histórias de vida na grande reportagem: Um encontro entre jornalismo e história oral. Revista Comunicação & Informação, São Paulo, v.12, n.2, jul.-dez. 2009. Disponível em: <

https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_8e4cd078a3_0012994.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

SIPIONI, M. E. et al. “Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil”. Preprints Scielo [2020]. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org>>. Acesso em: 06/set/2023.

VALENTE, F. L. S. “Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos”.Saúde e Sociedade, vol. 12, 2003.

VERMANEN, Jerry. Atualizando o seu conjunto de competências. In: GRAY, Jonathan. BOUNEGRU, Liliana. CHAMBERS, Lucy. Manual de Jornalismo de Dados. 2012. Disponível em:

https://issuu.com/andersonraimello/docs/manual_de_jornalismo_de_dados_-_lic
Acesso em: 07 set. 2023.

APÊNDICES - Produto finalizado

FORMA LONGA

Página inicial

Grau Leve

Grau Moderado

Grau Grave

FOME (IN)VISÍVEL

A insegurança alimentar

dos brasileiros

no período pandêmico



De repente, algo tão comum como a variada culinária brasileira e até mesmo o cardápio mais modesto tornou-se um desejo inalcançável. O impacto mais devastador da pandemia de COVID-19 foi o fato de as pessoas passarem dias inteiros sem uma única refeição no estômago. Nesta grande reportagem, exploraremos a vivência de famílias que sobreviveram à insegurança alimentar na pandemia e também o trabalho incansável de voluntários e profissionais para fornecer alimentação adequada àquelas que mais aconteceram.

GRAU LEVE

A insegurança alimentar de forma leve é a mais comum entre a população, indica uma preocupação com o acesso às refeições do futuro, mas também se relaciona com a disponibilidade de alimentos e alguma época específica do ano. De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) essa condição atinge cerca de 28% da população brasileira.

Quem um dia ajudou, passou a precisar de ajuda

Com o avanço da pandemia, a vida de Adriana Ribeiro, uma moradora do interior de São Paulo com 47 anos, sofreu uma reviravolta. A perda de seu marido, principal fonte de renda da família, deixou incluídas nas estatísticas dos brasileiros que enfrentam insegurança alimentar de grau leve. Seu marido era quem sustentava a casa e seus dois filhos adolescentes.

Ela contou que tudo aconteceu muito rapidamente. "Éramos uma família de quatro pessoas e, em questão de dias, a Covid-19 entrou em nossas vidas, nos deixando em três", lembra Adriana. Ela teve que enterrar sem um velório adequado o homem com quem ocorreu duas décadas de sua vida, devido ao alto risco de contágio naquele momento. "Foi uma experiência completamente fora do comum, uma doença que leva alguém tão rapidamente. Não podemos nem nos despedir no velório."

Adriana ressalta que a dor ainda está presente, e os dias continuam sendo difíceis,

GRAU MODERADO

A insegurança de grau moderado é a segunda mais presente nas famílias brasileiras, atingindo cerca de 15% dos lares, revelando uma face persistente das desigualdades sociais. Isso não compromete apenas o acesso regular e seguro aos alimentos, mas também escandaliza as raízes estruturais que perseguem a vulnerabilidade de uma parcela significativa da população.

A fome não poupou nem os produtores de alimentos

A Zona Rural brasileira é uma das mais produtivas do mundo, fornece alimentos que abastecem não apenas o mercado interno, mas também é uma fonte significativa de exportações. Segundo um estudo realizado pela [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária](#) (EMBRAPA), a agricultura brasileira é responsável pela alimentação de quase 800 milhões de pessoas no mundo.

Mas, infelizmente, nem sempre aqueles que produzem possuem alimento na mesa. De acordo com os dados disponibilizados pelo Segundo Inquérito Nacional de Soberania e Segurança Alimentar, seis em cada dez moradores do campo apresentam algum grau de insegurança alimentar.

Benedita, 58 anos, vive com seu marido e 4 filhos na zona rural de Delfim Moreira, no sul de Minas Gerais. Sustenta sua família com o dinheiro que ganhava ao vender produtos agrícolas nas feiras das cidades vizinhas, produtos esses que são cultivados

GRAU GRAVE

Segundo dados divulgados por cerca de 15% da população convivem com insegurança alimentar de grau grave (FOME) esse que é a que mais vem crescendo no país. Ela acontece quando não é possível fazer nenhuma refeição por um ou mais dias. Esse é o quadro da fome na sua pior versão, um acontecimento que não acontece por acaso.

A fome nas comunidades

De acordo com uma pesquisa realizada pela Central Única de Favelas (Cufa) o desemprego causado pela pandemia do coronavírus agravou a fome nas comunidades de todo o país. O estudo mostrou que no ano de 2021 cerca de 68% dos moradores não tinham dinheiro para comprar comida, em uma pesquisa semelhante, feita em agosto de 2020, esse percentual era de 43%.

Renata, de 47 anos, mora em uma comunidade da cidade de Resende-RJ com o marido e os quatro filhos, Renata e Richard, seu filho mais velho, falecido o emprego na pandemia. Os outros três são menores de idade e dependem do sustento que vem dos pais.

Ela conta que só o dinheiro que o marido recebeu era insuficiente para comprar comida para o mês. Ganhando um pouco mais que um salário mínimo, ele ficou por